

# POR UMA CRONOLOGIA DA PSICOLOGIA NO RN: PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTO<sup>1</sup>

Herculano Ricardo Campos<sup>2</sup>  
Oswaldo H. Yamamoto

## RESUMO

O objetivo do presente estudo foi traçar uma cronologia da produção e da difusão de conhecimento no campo da Psicologia no Estado do Rio Grande do Norte, a partir do pressuposto de que a construção de evidências historiográficas é uma condição necessária para a compreensão da realidade presente. O período compreendido pelo estudo vai desde os primeiros escritos de religiosos, no primeiro quartel desde século, até a criação do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no ano de 1976. Intentou-se compreender o evoluir da Psicologia no estado através da remissão ao contexto histórico presente nas duas etapas – pré-acadêmica e acadêmica – propostas para a análise.

Palavras-chave: História da Psicologia;  
Psicologia no Rio Grande do Norte;  
Psicologia no Brasil; Ensino de Psicologia.

## ABSTRACT

Towards a chronology of Psychology in Rio Grande do Norte: production and dissemination of knowledge. From the standpoint that historical knowledge is an important condition to understand the present development of any scientific field, the purpose of this study was to describe the chronology of Psychology in the state of Rio Grande do Norte (Northeast of Brazil), in its relation with the different historical contexts. The period of time covered was from the first writings of Catholic priests in the early 30s to the creation of undergraduate course in the Federal University of Rio Grande do Norte in 1976.

Key-words: History of Psychology; Psychology in Rio Grande do Norte; Psychology in Brazil; Psychology teaching.

## 1. PSICOLOGIA E HISTÓRIA

Ao analisar, em um texto bastante conhecido, a tentativa de Luís Bonaparte de reeditar o Dezoito Brumário, Marx advertia os leitores do *Die Revolution* de que os grandes personagens e fatos da história do mundo ocorrem duas vezes, a primeira como tragédia, a segunda como farsa. A idéia da repetição histórica – tema emprestado de Hegel –, traz subjacente, adicionalmente às discussões sobre o caráter científico da História e do estudo de eventos singulares, uma preocupação com

o registro acurado e a compreensão das condições nas quais determinados eventos que interessam ao investigador ocorreram. Na raiz desta preocupação reside um pressuposto de que, tomada a História como processualidade, a compreensão dos eventos contemporâneos demanda o entendimento das condições pregressas<sup>3</sup>.

O interesse na construção de evidências historiográficas no campo da Psicologia, nessa direção – ou, nos termos de Wertheimer (1989, p. 39), como instrumento para “nos ajudar a tomar consciência do contexto social em que trabalhamos, e nos tornar menos sujeitos à sua influência irracional” -, conquanto não seja uma novidade entre os estudiosos brasileiros, apenas recentemente tem se constituído em uma vertente relativamente fértil (Brozek e Massimi, 1998).

Uma das tentativas de construir uma cronologia da Psicologia no Brasil é empreendida por Pessotti (1988) que, estabelece a seguinte periodização: um estágio *pré-institucional* estendendo-se desde o momento imediatamente posterior ao descobrimento do Brasil, com os escritos dos missionários, até a criação das Faculdades de Medicina, em meados do século XIX; o *institucional*, daí até a criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934, dando início ao período *universitário*. A regulamentação da profissão, em 1962, daria início ao período *profissional* que se estenderia até hoje.

Conforme interessante esforço de mapeamento do desenvolvimento histórico da Psicologia no Brasil, tal periodização não está isenta de problemas. Pessotti propõe um critério classificatório que não distingue a produção de conhecimento, institucional ou não, de uma prática profissional que é, fundamentalmente, um produto social cujas determinações não são necessariamente coincidentes.

Todavia, o trabalho de Pessotti pode se constituir em um possível ponto de partida para este estudo que, na expectativa de

contribuir para a compreensão das condições atuais desse campo de conhecimento no estado, tem por objetivo traçar uma cronologia dos eventos que marcaram o evoluir da Psicologia no Estado do Rio Grande do Norte até a institucionalização da formação do profissional em Psicologia no Estado – com a criação do curso da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Não podemos, contudo, tomar as referências de Pessotti linearmente, uma vez que seus marcos de referência são eventos de envergadura nacional e fixados no tempo. Ademais, nosso foco de atenção centra-se mais no acúmulo e difusão dos conhecimentos psicológicos e não na prática profissional. Nesse sentido, em vez de verificarmos a situação do Estado nos diversos momentos da periodização, um divisor de águas mais profícuo nos parece ser a institucionalização da Psicologia no âmbito acadêmico, em especial universitário.

## **2. A PSICOLOGIA DO RN FORA DO CIRCUITO ACADÊMICO**

Não há registros de produção psicológica até o primeiro quartel deste século no Rio Grande do Norte<sup>4</sup>. Mesmo no período que precede o seu ingresso no âmbito da academia, na primeira metade deste século, o desenvolvimento de estudos no campo da Psicologia era bastante débil, circunscrito aos esforços isolados de intelectuais locais.

Destacam-se, nesse momento, a curiosidade e o espírito perspicaz de dois irmãos, ambos religiosos da igreja católica - alimentados intelectualmente pela filosofia tomista e a grega clássica de Aristóteles. Foram inicialmente as idéias do Cônego Monte, e posteriormente de Nivaldo Monte – que chegaria a Bispo, que marcaram a formação de boa parte dos profissionais das áreas humanista e social, no Estado, pelo menos até a década de 60.

Luiz Gonzaga do Monte, o Cônego Monte, morreu em 1944, aos 39 anos de idade. Segundo seu irmão, *"inclusive porque esquecia de comer, de tanto estudar"*. Autodidata, era considerado um homem de *"nível cultural raras vezes atingido"* (N. Monte, comunicação pessoal, 8 de maio de 1997). Durante os anos 30, o Cônego Monte escreveu um grande número de pequenos artigos, versando sobre os mais variados temas. Os intitulados *Freud e Falência do Materialismo em Biologia*, publicados originalmente em *A Ordem*, jornal da Arquidiocese de Natal, respectivamente em 18 e 21 de outubro de 1936, são exemplos das suas reflexões sobre temas psicológicos (Navarro, 1976).

É interessante notar o nível de informação do Cônego Monte, apresentando as idéias freudianas no momento mesmo em que aquele pensador vienense estava no auge da sua produção, embora próximo da morte. A discussão que faz, original na forma de mostrar a diferenciação conseguida por Freud em relação ao modelo wundtiano, é evidência do seu conhecimento da Psicologia, assim como da Filosofia da Ciência.

O Cônego é também autor de um livro, de sugestivo nome, *Fundamentos Biológicos da Castidade*, a respeito do qual escreve Henrique Tanner de Abreu, professor da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil:

*A extensa e seleta bibliografia e as citações mostram a louvável preocupação de senhorear o assunto apropriando-se das noções mais importantes e de interesse para a matéria a desenvolver. Nela figuram tratados de anatomia, histologia, fisiologia, endocrinologia, psiquiatria, psicopatologia sexual, etc...[citado por Navarro, 1976, p. 8].*

Com trajetória análoga à de seu irmão, desde o início dos anos 40, D. Nivaldo Monte escreveu ao menos três livros que versavam “exclusivamente” sobre Psicologia: *Formação do Caráter*, de 1942<sup>5</sup>, *Formando para a Vida*, de 1948<sup>6</sup> e *Os Temperamentos*, de 1953.

D. Nivaldo Monte coordenou e ensinou a disciplina *Psicologia Afetiva* nos cursos de preparação ao casamento realizados no período que se estende, não ininterruptamente, de 1949 a 1962, promovidos pelo Clube de Jovens Para um Mundo Melhor (antigo Clube Maria de La Luz) e pela *Juventude Independente Católica Feminina*. Lecionou *Psicologia geral, infantil e aplicada à educação* (de 12 de abril de 1945 a 8 de maio de 1963) na Escola Normal de Natal e *Psicologia* na Escola Doméstica (em 1959 e 1960). Além disso, é pioneiro isolado no ensino universitário, responsável que era pela disciplina *Psicologia* na Escola de Serviço Social, a partir de 2 de junho de 1945.

Também foi o responsável por uma série de “Conferências sobre Psicologia”, na Juventude Feminina Católica Brasileira de Natal, abordando como temas a *Contribuição da biotipologia para a formação humana* (em 05 de setembro de 1948); *A constituição e Psicologia do temperamento colérico* (em 07 de novembro de 1948); *A Psicologia da afetividade* (em 20 de março de 1949); *Psicologia da moda* (em 15 de maio de 1949); *Psicologia da dança* (em 11 de dezembro de 1949); *A psicologia das mãos* (em 15 de abril de 1951); e *A psicologia das mãos - Conclusão* (em 27 de maio de 1951).

A respeito dessas primeiras tentativas de produção e difusão do conhecimento psicológico, deve-se notar que, em que pese o esforço, erudição e nível de informação demonstrados, trata-se de uma produção em muito semelhante ao descrito por Pessotti (1988) com relação ao que denomina período pré-institucional: religiosos sem compromisso estrito com uma produção rigorosa de conhecimento e

baixa interlocução com a academia (a despeito da disciplina ministrada por D. Nivaldo Monte na Escola de Serviço Social).

Se, de fato, o desenvolvimento da Psicologia não pode ser concebido fora de parâmetros mais gerais que englobam a realidade social, econômica e política do país em um dado momento histórico, não devemos negligenciar o fato de que estamos nos referindo à década de 30 no Brasil, um importante ponto de inflexão do ponto de vista político e cultural.

O período compreendido entre o final do século passado e início deste foi um marcado por uma progressiva complexificação da sociedade brasileira e ebulção de idéias decorrentes, sobretudo, da Proclamação da República e da abertura do país à imigração. Era possível identificar certa estratificação emergente, composta de uma pequena burguesia formada por intelectuais, padres e militares; uma burguesia industrial procurando espaço e dos imigrantes (Romanelli, 1984).

Quando - e tardiamente -, já na década de 30, são criadas as primeiras universidades brasileiras - e nelas incluídas disciplinas de Psicologia -, predominava uma ideologia de cunho nacionalista, saudada por intelectuais e artistas da época. Era patente a agitação social, cultural e política do país, que têm por testemunhas eventos como a Segunda República, o Estado Novo, a Semana de Arte Moderna, o Tenentismo, a criação do Partido Comunista entre muitos outros.

*De acordo com Miceli, foram decisivas as transformações nos planos econômico (crise do setor agrícola voltado para a exportação, aceleração dos processos de industrialização e urbanização, crescente*

*intervenção do Estado em setores chaves da economia etc.), social (consolidação da classe operária e da fração de empresários industriais, expansão das profissões de nível superior, de técnicos especializados e de pessoal administrativo nos setores público e privado etc.), político (revoltas militares, declínio político da oligarquia agrária, abertura de novas organizações partidárias, expansão dos aparelhos do Estado etc.) e cultural (criação de novos cursos superiores, expansão da rede de instituições culturais públicas, surto editorial etc.) (1979, p. xvi).*

*Não obstante a "ênfase dada à nossa realidade", ainda procedia-se naquele período a um forte movimento de importação de idéias, tradição no nosso país desde os tempos da colonização, tendo a Europa como modelo.*

*De acordo com Miceli (1979), aquele movimento desencadeado pelos intelectuais, dentre os quais alguns psicologistas, que se estendia até quase ao final do segundo quartel deste século, expressava as "preferências e opções das antigas classes dirigentes (brasileiras) em matéria de importação cultural" (p. xix).*

Se, nacionalmente, a produção de conhecimento em Psicologia - já então significativa conforme podia ser detectada, sobretudo nas faculdades de Medicina e em outras instituições de ensino e pesquisa no Rio de Janeiro, na Bahia, em São Paulo e

Pernambuco - sofria, de acordo com Anita de Castilho e Marcondes Cabral, dessa "falta de originalidade" (conforme Brozek e Massimi, 1998, p. 210), marca da tradição de nação colonizada e afeita à importação de conhecimento, o Rio Grande do Norte ainda estava bastante longe dessa realidade, como que a reproduzir, internamente, a desigualdade econômica e cultural.

### 3. A PSICOLOGIA DO RN NO ÂMBITO ACADÊMICO

À semelhança do quadro nacional descrito por Pessotti (1988), as instituições de ensino superior inicialmente isoladas e, posteriormente, agregadas em uma estrutura universitária impulsionam a produção e difusão do conhecimento psicológico no estado. Uma vez a criação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) constituir-se em um importante marco do ponto de vista da consolidação da inserção acadêmica da Psicologia no Estado, convém empreender um breve excuroso acerca desse ponto.

#### 3.1. A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE E O ENSINO DA PSICOLOGIA

O nascimento da Universidade Federal no Estado não foge, em linhas gerais, do panorama traçado por Romano (1998): legatário de práticas centralizadoras consagradas desde o Brasil Colônia, diversas das universidades oficiais foram criadas com o duplo propósito de garantir prestígio aos "intermediários" junto aos contribuintes locais/regionais e "propiciar instrumentos de comunicação das oligarquias com o núcleo da República" (p. 4).

*A história da Universidade Federal do Rio Grande do Norte começa no dia 8 de março de 1958, quando*

*esteve em Natal Jurandy Lodi, Diretor do Ensino Superior do Ministério da Educação ... trazendo em sua companhia o Dr. José Teixeira Dias, Chefe de Seção do Ministério, o qual sugeriu ao professor Onofre Lopes a criação de uma Universidade no Estado... (UFRN, 1969, p. 7).*

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte foi criada em 18 de dezembro de 1960, na gestão de Dinarte de Medeiros Mariz no governo do Estado, como decorrência da federalização da Universidade do Rio Grande do Norte (URN). Agregação de Faculdades Isoladas então existentes, esta havia sido criada em 25 de junho de 1958, sancionada pela Lei nº 2.307/58.

Já funcionavam em Natal as Faculdades de Farmácia (1920/1923) e Odontologia (1923), Serviço Social (1945), Direito (1949), Medicina (1955) e Filosofia (então mantida pela Associação de Professores do RN, 1955), que só inicia suas atividades em 1957. Porém, foram primeiramente federalizadas as Faculdades de Medicina, Farmácia, Odontologia, Direito e a Escola de Engenharia (Melo, 1991; UFRN, 1969).

Apesar das Faculdades já existentes, a Universidade Federal que surgia necessitava atender a uma exigência adicional constante do artigo 4º da Lei n. 3.849, de 18 de dezembro de 1960, que federalizou a Universidade do Rio Grande do Norte (e criou a Universidade de Santa Catarina): a criação ou anexação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras num prazo de três anos (Melo, 1991).

Um obstáculo se interpunha, contudo, ao cumprimento dessa exigência: a estadualização da Faculdade de Filosofia mantida pela

Associação de Professores, pelo Governo do Estado, em 1963, na gestão de Aluizio Alves, integrando-se à Fundação José Augusto. Expressão de querelas entre os antigos quadros udenistas<sup>8</sup>, os grupos responsáveis pela criação da Fundação (Alves) e da Universidade (Mariz) eram adversários políticos, não havendo interesse em nenhum dos grupos favorecer o outro cedendo a Faculdade, instalando-se o impasse.

Por seu turno, insatisfeitos com os proventos, professores e funcionários da FFCL, com o apoio dos estudantes, desencadeiam um movimento grevista. Como o então presidente da Fundação José Augusto, Hélio Galvão, não acenasse com a perspectiva de atender às reivindicações alegando falta de condições financeiras e, como o próprio governo do Estado "se isentasse" de participação no problema, os grevistas propuseram à federalização da Faculdade, através do seguinte encaminhamento:

*Tratando-se de estabelecimento vinculado ao Estado, embora agregado à Universidade, a Reitoria comunicou o fato ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, solicitando as soluções cabíveis. Pelo Aviso Ministerial n. 2.555, a Faculdade de Filosofia passou a ser administrada pela Reitoria da UFRN e mantida com recursos da Diretoria do Ensino Superior (UFRN, 1969, p. 73).*

A luta dos professores da Faculdade em prol da federalização revelou-se frutífera, desencadeando um processo de negociações<sup>9</sup>. Inicialmente, obtiveram o aval do ex-governador Dinarte Mariz para a inclusão da Faculdade na Universidade Federal; em seguida, lograram conseguir a aceitação da proposta de federalização do Monsenhor

Walfredo Gurgel, governador da época, pertencente ao grupo político de Aluizio Alves (Chaves Filho, comunicação pessoal, 28 de abril de 1997). Posteriormente, aproveitando a estada do Ministro da Educação, Raimundo Nunes de Aragão, no Recife, o grupo ouviu, além de incentivos à idéia, orientações sobre o procedimento junto ao governo estadual e ao Ministério da Educação e Cultura (MEC)<sup>10</sup> – selando a criação da UFRN.

Retomando o fio da discussão acerca da difusão do conhecimento psicológico, as idéias dos irmãos Monte vão sendo propagadas por algumas instituições de ensino superior do estado, notadamente a Escola de Serviço Social, de modo que muitos dos responsáveis pelas disciplinas do primeiro currículo do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) tiveram-nas como referência durante sua própria formação.

Sob o ponto de vista do ensino superior, a inserção acadêmica da psicologia potiguar teve início na Escola de Serviço Social, onde era ministrada uma disciplina de Psicologia Geral, desde a sua criação, em 1945, através de D. Nivaldo Monte. Posteriormente, após a criação do curso de Psicologia da UFRN, serão os professores da Escola, então já agregada à Universidade, os responsáveis por essa disciplina. A partir de 1963, a disciplina de Psicologia Médica passou a ser ministrada na Faculdade de Medicina (Melo, 1991), com uma orientação de base fenomenológica, predominando uma certa preocupação com “a compreensão do homem”<sup>11</sup>.

### 3.2. O SERVIÇO DE PSICOLOGIA APLICADA

Paralelamente ao campo do ensino universitário propriamente dito, no entanto, é através de outra vertente que a Psicologia encontra um impulso acadêmico: trata-se do fundamental papel assumido pelo

Centro, depois Serviço de Psicologia Aplicada (SEPA), criado em 1965, junto ao curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Fundação José Augusto, de Natal, com o objetivo de ser um local de pesquisas e estudos das futuras pedagogas (UFRN, 1969).

O SEPA perseguia o modelo de "cientificidade" buscado pela Psicologia de então, calcado fundamentalmente nas práticas psicométrica e clínica. Segundo palavras do seu fundador, o psiquiatra Francisco Quinho Chaves Filho (1996, p. 110), "*buscava-se e pesquisava-se no comportamento a sua patologia, o anormal*". Além da orientação de cunho comportamentalista, foram as teses psicanalíticas que marcaram seus trabalhos, representando aquela instituição o primeiro canal por meio do qual as idéias freudianas foram sistematicamente estudadas e aplicadas na pesquisa educacional, ainda nos anos 60.

A predominância da psicometria no SEPA se deve ao trabalho e à orientação imprimida por um grupo de pedagogas que estiveram na direção do Serviço até início dos anos 70. Esta tendência vai gradativamente perdendo força até que, no início dos anos 80, quando estudantes da primeira turma do curso de Psicologia da UFRN começam a ali desenvolver as atividades de estágio curricular obrigatório na área clínica, o chamado "modelo médico" de atendimento individualizado passa a predominar.

No início dos anos 70, à medida em que as ações do serviço foram se consolidando no Estado, chegando a aplicar testes de aptidão para oficial do Exército, "*para motoristas e para candidatos a juiz*" [de direito], foi ficando claro que não podia desenvolver uma prática "*improvisada*", desenvolvida "*autodidaticamente por pedagogas*" (Chaves Filho, comunicação pessoal, 28 de abril de 1997).

Em face deste entendimento<sup>12</sup>, dois psicólogos pernambucanos foram convidados a se integrar à equipe, deslocando-

se semanalmente a Natal para ministrar alguns seminários e fazer aplicação de testes mais sofisticados (como o *Psicodiagnóstico de Rorschach*). Ana Lúcia Lobo e Francisco Correia foram, pois, os primeiros psicólogos a desenvolver atividades no Estado (Correia, comunicação pessoal, 22 de agosto de 1997)<sup>13</sup>.

### 3.3. O CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

A partir desse legado é que, no ano de 1976, é criado o curso de Psicologia no interior da universidade federal, nomeadamente no Departamento de Estudos Sociais, do Centro de Ciências Humanas<sup>14</sup>. Esse processo reproduz em escala reduzida aquele descrito quando da criação da UFRN: decisão pessoal, sem a consideração de parâmetros propriamente acadêmicos.

Explicações que soam surrealistas, como a necessidade de atender à esposa do conhecido cartunista Henrique de Souza Filho (Henfil)<sup>15</sup> (mudando-se naquela época para Natal), que havia interrompido seus estudos por não haver aqui o curso, convivem com outras, menos inverossímeis, mas igualmente estranhas. Dentre elas, uma eventual disputa intermunicipal com João Pessoa (que contava à época já com dois cursos de Psicologia), ou uma "necessidade" de atender aos interesses daqueles que já trabalhavam com Psicologia, no Estado, como era o caso dos profissionais do SEPA. Uma outra explicação, mais plausível, que eventualmente poderia ter se associado a algumas das já mencionadas, é a adoção de uma política de expansão de cursos e vagas na Universidade como estratégia para a captação de recursos financeiros da parte do MEC<sup>16</sup>.

Quaisquer que tenham sido as motivações, a realidade é que a direção do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes na época da

criação do curso nomeou, através da Portaria Nº 010/76-DC, de 28 de maio de 1976, uma comissão composta por quatro professores, Agnelo Dantas Barreto, José Pires, Maria Dilma Ferreira de Siqueira e Rosa de Fátima Andrade Lima, para estudarem a viabilidade de funcionamento do Curso de Psicologia que poderia vir a ser criado pela Universidade<sup>17</sup>.

Sem embargo da avaliação da comissão e do parecer desfavorável emanado, a administração superior da UFRN toma a decisão de implantar o curso de Psicologia<sup>18</sup>. Para Lima, uma das poucas psicólogas em Natal no momento da criação do curso e participante, tanto da Comissão que avaliou a viabilidade de criação, quanto das discussões para elaboração do primeiro currículo, o clima geral daquele momento, em relação à criação de um curso de Psicologia na UFRN, era de

*preocupação, porque o corpo docente ia ser muito resumido; não tínhamos psicólogos, praticamente. Tinha as pedagogas que desempenhavam muito bem as suas funções no SEPA, de trabalho com aplicação e correção de testes... O grupo era muito pequeno para (levar) o curso de Psicologia, com todas as suas peculiaridades e características (comunicação pessoal, 7 de julho de 1997).*

Em 1976, quando foi criado o Curso de Psicologia da UFRN, o professor que tivesse alguma experiência na área era requisitado para ministrar disciplinas, enquanto a administração da Universidade tentava contratar psicólogos em outros Estados. “[Muitos] pedagogos estavam lotados no Departamento de Estudos Sociais, porque a disciplina Psicologia I, oferecida a toda área humanística [da UFRN], era desse Departamento” (Alves, comunicação pessoal, 28 de fevereiro de 1997).

Na mesma linha do raciocínio de Lima (comunicação pessoal, 7 de julho de 1997), Araújo (comunicação pessoal, 13 de agosto de 1997) diz que, ao saber das orientações para a criação do curso, "ficou estarecida"; acha que "a comissão foi suficientemente lúcida, para dar um 'não'".

Não obstante tais opiniões, portanto, e mesmo "antes da comissão apresentar suas conclusões, a imprensa de Natal já divulgou que o curso de Psicologia estava a ser criado, na UFRN, por ordem do reitor" (Siqueira, comunicação pessoal, 28 de agosto de 1997). A criação deu-se através da Resolução nº 27/76, do Conselho Universitário (CONSUNI), de 06 de julho de 1976, sendo a aprovação efetuada através da Resolução nº 89/76, do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CONSEPE), de 29 de setembro do mesmo ano<sup>19</sup>.

Após tal decisão, foi desencadeado um grande processo de discussão, notadamente por um grupo de pessoas que tinha a responsabilidade de elaborar o primeiro currículo. Tendo por base o currículo mínimo exigido pelo MEC, visando o desmembramento das matérias nele contidas em disciplinas, o grupo valeu-se do exemplo de currículos de outras Universidades, cotejando-os em face das prioridades estabelecidas para a UFRN.

De acordo com Lima (comunicação pessoal, 7 de julho de 1997), as discussões iniciais se deram no sentido de "*colocar as disciplinas que atendessem a todas as áreas, como optativas*", visto que tal preocupação não era observada por todas as universidades: "*por exemplo, as psicologias escolares, nem sempre têm*" [em todos os currículos]. Também participante, entre outras pessoas, das discussões para a montagem do currículo, Correia diz que levou

*material de outras instituições, a título de aprendizagem. Então, eu peguei, por exemplo, currículos das escolas de Psicologia que já existiam em Recife e nós analisávamos isso. Ajudei, inclusive, na elaboração de alguns programas, como é o caso da disciplina de Psicologia Social, (...) uma cadeira que eu lecionei durante alguns anos, na Faculdade de Filosofia do Recife. Eu acompanhei a nascente do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - embora não tenha lecionado no curso (comunicação pessoal, 22 de agosto de 1997).*

Quando inicia suas atividades, em 1977, o Curso de Psicologia da UFRN conta com um currículo composto por 50 disciplinas "regulares" ou obrigatórias, sendo 15 no I Ciclo, e 35 no II Ciclo, distribuídas de acordo com a Resolução 001/79 - CONSEPE, de 05 de janeiro de 1979. No intervalo entre as Resoluções 001/79 e 031/80 é publicada uma Minuta de Resolução que introduz algumas modificações no primeiro currículo, como mudança de nome e fusão de disciplinas e criação de outras. Nela, ainda, não se observava referência ao Departamento de Psicologia.

Em seguida às modificações observadas na Minuta, a Resolução 031/80 - CONSEPE estabelece a "aprovação do currículo do curso de Psicologia" (Melo, 1991, p. 159), ou seja, do primeiro Currículo oficial, já bem diferente daquele observado no início do Curso. O código das disciplinas nesse Currículo referia-se ao Departamento de Psicologia, criado em agosto de 1980 (Melo, 1991, p.163), pelo desmembramento do Departamento de Estudos Sociais. Em 20 de outubro de 1981, Rosa de Fátima Torres de Lima assume como primeira

chefe e, no dia 24 de novembro de 1981, procede à realização da primeira reunião do Departamento de Psicologia.

Nas condições em que o Curso de Psicologia foi gestado e o Currículo proposto, não é surpreendente que este tivesse de passar rapidamente por reformulações. Havia uma insatisfação de professores e estudantes com o

*número excessivo de disciplinas obrigatórias resultantes de um grande desdobramento das matérias do Currículo mínimo do Conselho Federal de Educação (CFE); o encadeamento desnecessário de pré-requisitos que levava o Curso quase à situação de seriado, prejudicando grandemente os alunos que se desnivelaram; e com a ausência de um encaminhamento para áreas de Especialização visando a opção do aluno no Estágio Supervisionado (Justificativa Para Modificação do Currículo do Curso de Psicologia).*

Se a Psicologia em terras norte-rio-grandenses antes da sua inserção acadêmica apresentava um descompasso com relação à efervescência cultural dos anos 30, antes guardando as características de períodos progressos, a sua institucionalização não parece ter sido um processo menos problemático.

Nunca é demais lembrar que, sob o ponto de vista da Universidade Brasileira, o período 1968-1975 caracterizava-se, por um lado, pela proliferação de escolas, na sua maioria funcionando de forma isolada, sem intercâmbio entre as áreas do ensino e da pesquisa, e sem articulação entre seus vários cursos; por outro, sob severo controle

ideológico, a universidade vivia um momento de vazio da participação, do debate, da criação e da vida verdadeiramente universitária<sup>20</sup>. Foi exatamente nesse contexto que se observou a enorme expansão horizontal da Psicologia no Brasil não só com o aumento do número de cursos que vinha na esteira do crescimento do número de escolas como também do surgimento de um sem número de técnicas, teorias, experiências.

Tal controle ideológico exercido pela autocracia burguesa, principalmente a partir de 1968, da mesma forma que gerou uma considerável despolitização do espaço acadêmico-científico, também promoveu uma intensa psicologização do social, com ênfase exagerada sobre "os fatos da vida pessoal e os motivos íntimos" (Mancebo, 1997, p. 26-27). O debate no âmbito da Psicologia ficava circunscrito às tendências que não ousavam questionar o *status quo* conformado pela doutrina da segurança nacional.

*Refletindo sobre aquele período, Coimbra (1995) diz que, no Brasil dos anos 70, acredita(va)-se que a aproximação, a descoberta de si mesmo, a liberação das repressões, a busca da autenticidade e do calor humano (eram) fatores essenciais para o bom andamento de uma sociedade. As categorias políticas (eram) transformadas em categorias psicológicas; o importante não (era) o que se faz, mas o que se sente. Ou seja, (havia) um esvaziamento político, há uma psicologização do cotidiano e da vida social (p. 34)<sup>21</sup>.*

É nesse clima que a Psicologia consolida seu assento no âmbito acadêmico no Rio Grande do Norte. Nesse processo de

institucionalização também a marca do colonialismo cultural é evidente: rompe-se com um passado em que, mesmo de forma eventualmente canhestra, procurava-se produzir e difundir conhecimento para uma importação acrítica de modelos não necessariamente bem sucedidos em outras paragens.

Nos anos que se seguem, define-se o quadro profissional da Psicologia no estado. Diversos estudos conduzidos sobre os seus diferentes aspectos (Yamamoto et al., 1990; Yamamoto, Carvalho, Maia, 1997; Yamamoto e Cunha, 1998; Yamamoto, Jucá e Carvalho, 1997; Yamamoto, Oliveira, Siqueira e Carvalho, 1997; Yamamoto, Siqueira, Oliveira, 1997; Yamamoto, Spinelli, Carvalho, 1996) não poderia deixar de registrar as marcas desse processo de constituição da Psicologia no Rio Grande do Norte – assentada em bases certamente não muito sólidas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, M. A. M. **O processo de autonomização da Psicologia no Brasil: 1890/1930**. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. Algumas reflexões acerca dos fundamentos da abordagem social em História da Psicologia. In: BROZEK, J., MASSIMI, M. (Orgs.), **Historiografia da Psicologia Moderna**. São Paulo: Loyola; Unimarco. 1998. p. 363-374.
- BROZEK, J., MASSIMI, M. Historiografia da psicologia no Brasil. In: BROZEK, J., MASSIMI, M. (Orgs.), **Historiografia da Psicologia Moderna**. São Paulo: Loyola; Unimarco. 1998. p. 209-221.

- CHAVES FILHO, F. Q. A História do SEPA. *Estudos de Psicologia*, v. 1, p.108-111, 1996.
- COIMBRA, C. *Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "milagre"*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.
- CUNHA, L. A., GÓES, M. de. *O golpe na educação*. 6º ed.. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- GERMANO, J. W. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- LIMA, D. G. de, MELO, J. C. de M. *12 anos de Universidade (1959-1971): Implantação e desenvolvimento*. Natal: Imprensa Universitária, 1971.
- MANCIBO, D. Formação do psicólogo: uma breve análise dos modelos de intervenção. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 17, p. 20-27, 1997.
- MANNHEIM, K. *O homem e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- MARX, K. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 4º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MELO, V. *Síntese cronológica da UFRN: 1958-1988*. Natal: Editora Universitária, 1991.
- MICELI, S. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- MORAES, D. de. *O Rebelde do traço: a vida de Henfil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- NAVARRO, J. *Antologia do Pe. Monte*. Natal: Fundação José Augusto, 1976.

- PESSOTTI, I. Notas para uma história da Psicologia brasileira. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.), **Quem é o Psicólogo Brasileiro?** São Paulo: Edicon, 1988. p. 17-31.
- ROMANELLI, O. O. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ROMANO, R. **Autonomia universitária**. Natal, 1998. Palestra proferida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- SILVA, C. E. L. da. **Em busca do voto perdido: os meios de comunicação na tentativa de restaurar um pacto populista**. Natal: Coojomat, 1982.
- SPINELLI, J. A. **Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar:1930/35**. Natal: Edufrn, 1996.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE [UFRN]. **Resumo histórico do primeiro decênio da UFRN (1959-1969)**. Natal: Imprensa Universitária, 1969.
- WERTHEIMER, M. Pesquisa histórica – Por quê? In: BROZEK, J., MASSIMI, M. (Orgs.), **Historiografia da Psicologia Moderna**. São Paulo: Loyola; Unimarco. 1998. p. 21-41.
- YAMAMOTO, O. H. Educação e direitos sociais: o legado da autocracia burguesa. **Educação em Questão**, v. 5, p. 92-123, 1993.
- \_\_\_\_\_, CARVALHO, D. B., MAIA, J. F. A Psicologia no RN: o ensino da psicologia da UFRN em questão. **Vivência**, v. 11, p. 89-104, 1997.
- \_\_\_\_\_, CUNHA, I. M. F. O. O psicólogo em hospitais de Natal: uma caracterização preliminar. **Psicologia: Reflexão & Crítica**, v. 11, p. 345-362, 1998.

- \_\_\_\_\_. JUCÁ, M. R. B. L., CARVALHO, D. B. Adeus às armas: o abandono da profissão entre os psicólogos potiguares. *Interações*, v. 2, p. 73-88, 1997.
- \_\_\_\_\_. OLIVEIRA, S. C. C., SIQUEIRA, G. S., CARVALHO, D. B. Psicologia e escolha profissional: a imagem da profissão no RN. *Psico*, v. 28, p. 17-33, 1997.
- \_\_\_\_\_. SIQUEIRA, G. S., OLIVEIRA, S. C. C. A Psicologia no Rio Grande do Norte: caracterização geral da formação acadêmica e do exercício profissional. *Estudos de Psicologia*, v. 1, p. 42-67, 1997.
- \_\_\_\_\_. SOUZA, I. M. S., OLIVEIRA, I. A., SILVA, L. N. M., FREIRE, M. A. A., ROCHA, R. M., ALVES FILHO, S. A psicologia escolar em Natal: características e perspectivas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, n. 2/3/4, p. 40-49, 1988.
- \_\_\_\_\_. SPINELLI, S. M., CARVALHO, D. B. O psicólogo escolar em Natal: em busca de uma identidade profissional. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, v. 9, p.13-26, 1996.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Este trabalho constitui-se em uma versão resumida de partes da dissertação de mestrado "Dize-me com quem andas e te direi quem és", apresentada em setembro de 1998 ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte por Herculano R. Campos, sob a orientação de Oswaldo H. Yamamoto.

<sup>2</sup> Professores do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

<sup>3</sup> "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado" (Marx, 1978, p. 17).

<sup>4</sup> Registre-se que há referências ao fato de que na Escola Normal de Natal, fundada antes de 1875, ministrava-se o ensino de disciplinas como Psicologia Geral, Infantil e Aplicada à Educação (Antunes, 1991, p. 53). Não há, contudo, menção à *produção* de conhecimento associada a tal difusão.

<sup>5</sup> Obra que, no ano de 1966, se encontra na sua 6ª edição.

<sup>6</sup> Obra que, no ano de 1967, se encontra na sua 7ª edição.

<sup>7</sup> Onofre Lopes da Silva, nomeado Reitor em 29 de janeiro de 1959, muito em face da sua identificação com o Regime militar que empalma o poder em 1964, teve as condições necessárias para se perpetuar na Reitoria por doze anos, bem como para adaptar a UFRN às propostas oriundas dos gabinetes da Reforma Universitária. Como exemplo estaria a implantação do 'ciclo básico', que a UFRN foi pioneira e campo de teste. "O entusiasmo sempre presente na equipe de homens responsáveis pela direção do Ensino Superior do Rio Grande do Norte encontrou respaldo na reformulação da política de ensino traçada para o Brasil pelo Governo Revolucionário. Acompanhando a evolução das medidas institucionais implantadas no País, notadamente a partir de 1968, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte procurou ajustar suas atividades de ensino e de administração à nova ordem programada para a Universidade brasileira. A reforma encontrou na UFRN toda uma estrutura que ansiava por sua implantação. Motivo porque, embora ainda não em vigor o novo estatuto, o Reitor Onofre Lopes, após estudos efetuados pela Comissão de Implantação da Reforma Universitária, determinou as providências necessárias ao funcionamento, em 1970, do **Primeiro Ciclo Geral de Estudos**" (Lima e Melo, 1971, p. 39).

<sup>8</sup> Dinarte De Medeiros Mariz era um fazendeiro e comerciante, bastante influente na política da região do Seridó do Rio Grande do Norte, e chamado "coronel", pela força econômica e pelo poder em armas, que dispunha desde o combate à Coluna Prestes, e no movimento revolucionário que, em 8 de outubro de 1930, depôs o Governador Juvenal Lamartine, ou seja, a Revolução de 30. Nesta oportunidade, conspirou para a sublevação do 29º Batalhão de Caçadores, "acantonado em Santa Luzia do Cabugi", junto com "um grupo de sargentos que também conspirava" (Spinelli, 1996, p. 25). "Estava em contacto com elementos da Aliança Liberal da corrente liberal em Natal" (p. 25), e com a mudança do poder coube-lhe a prefeitura de Caicó. Posteriormente, em 1932, foi membro da União Democrática Norte Rio-Grandense, que rompera com a Aliança Liberal, se afastando dos cafeístas e tenentistas, e se aproximando dos derrotados do antigo Regime Republicano. Em 1933, ajudou a fundar o Partido Popular do Rio Grande do Norte, e fez parte da sua primeira diretoria; este partido chegou ao poder, no Estado, em outubro de 1935. Aluizio Alves se iniciou na vida pública como jornalista e radialista. "Em 1942, como repórter do jornal A

República, (...) [lançou e organizou] uma "campanha de assistência aos flagelados" da seca daquele ano. E dali, até 1946, esteve envolvido em praticamente todos os projetos de assistência social que se realizaram no Estado. Ao mesmo tempo, tornava-se popular através de dois programas de rádio, (...) : o **Glória Brasil**, dedicado aos pracinhas que lutavam na Itália e a **Oração da Ave Maria**, transmitido diariamente às 18:00 horas". Foi pela primeira vez eleito deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN) em 1946. Depois de vários mandatos como deputado pleiteou a legenda da UDN para governo do estado, nas eleições de 1960 quando, "seu arqui-inimigo a partir de de 1958 e antigo protetor Dinarte Mariz, governador do Estado, assegurou [a legenda] para seu aliado Djalma Marinho" (Silva, 1982, p. 24-25).

<sup>9</sup> Entre os líderes encontravam-se Quinho Chaves, Romildo Gurgel (que assumiu o *marketing* do movimento contra Hélio Galvão), Pedro Zacarias (então presidente do Diretório Acadêmico) e João Faustino (que sucederia a Pedro Zacarias na presidência do Diretório).

<sup>10</sup> De acordo com o órgão ministerial, o governo do Estado deveria ceder à Universidade, como prova da intenção de federalização da Faculdade, um imóvel para situar a futura estrutura. Assim foi feito, de modo que o governo estadual, apesar das pressões em contrário, foi instado a ceder um imóvel na Praça Pedro Velho, zona central de Natal, conhecida como Praça Cívica, onde atualmente funciona o Colégio Estadual de I e II graus Professor Anísio Teixeira, concluindo a federalização da FFCL e as conseqüentes criação da Faculdade de Educação e consolidação da UFRN. Posteriormente, por sugestão do Reitor ao MEC, o Governo, pelo **decreto presidencial n. 62.380, de 11 de março de 1968, autorizou o aproveitamento da Faculdade de Filosofia na organização da Faculdade de Educação e Institutos de Ciências Humanas, Letras e Artes, constantes da nova estrutura da Universidade**" (UFRN, 1969, p. 73, grifos nossos).

<sup>11</sup> A ponto de seu criador, o psiquiatra Severino Lopes, se dizer influenciado "*mais pela escola alemã, de Kraepelin, Schneider e Jaspers*" (Lopes, comunicação pessoal, 22 de maio de 1997). Posteriormente, entre 1973 e 1976, um ex-aluno da disciplina vem a assumi-la na condição de professor, aproveitando a oportunidade para ali introduzir a orientação psicanalítica. Considerado um "*psiquiatra dinâmico*" por extrapolar as preocupações de ordem psicofarmacológicas e fenomenológicas, Eduardo Afonso Jr., que desenvolvera estudos de pós-graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), incluía no seu arsenal de trabalho as idéias de Freud e Melanie Klein, por considerá-las importantes na problematização da relação médico-paciente (Afonso Júnior, comunicação pessoal, 26 de maio de 1997).

<sup>12</sup> E acatando sugestão de Paulo Rosas, então membro do Conselho Regional de Psicologia, para o SEPA regularizar sua situação e se “legalizar”.

<sup>13</sup> Em março de 1972, Nilza Maria Molina Mendes, graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), passa a dirigir o SEPA, tornando-se a primeira psicóloga a residir e desenvolver atividades profissionais em psicologia no Estado. No final daquele ano, retorna a Natal Rosa de Fátima Torres de Lima, tendo concluído o curso de formação de psicólogo na Universidade de Brasília (UNB), tornando-se a primeira psicóloga natalense a exercer atividades na Cidade e no Estado.

<sup>14</sup> No ano de 1971, o Instituto de Ciências Humanas era composto por três departamentos, a saber História, Geociências e Fundamentos Sócio-Econômicos e Filosóficos. Este último é embrião do Departamento de Estudos Sociais, locus de criação do curso de Psicologia.

<sup>15</sup> Observe-se que, a julgar pelo impacto da decisão de Henfil de residir em Natal e do lugar que ocupou nesta cidade, a hipótese em questão não parece tão irreal, embora absurda. Para um estudo biográfico de Henfil, ver Moraes (1997).

<sup>16</sup> Diz Lucena Filho (comunicação pessoal, 22 de maio de 1997): “A revolução (sic) deu muito dinheiro para a Universidade, expandiu a Universidade como um modo de neutralizar a classe média. Foi nessa época que apareceu o regime de tempo integral, COPERTID, RETID etc., com melhoria substancial nos salários dos professores. As universidades ganhavam mais verbas, se tivessem absorção de mais estudantes, implicando aumento significativo do número de vagas por cursos, contratação de professores, ampliação de quadros etc. Vários cursos foram ampliados na Universidade, até mesmo por sugestão do próprio MEC e, nessa onda de criação de cursos, veio a criação do curso de Psicologia. O curso de Psicologia tem que ser criado para que nós possamos ter mais verbas para a Universidade”.

<sup>17</sup> Conforme Lima (comunicação pessoal, 7 de julho de 1997), outras pessoas cujos nomes não constam no documento oficial de designação da comissão também dela participaram, como é o caso de Neide Varela Santiago, Ruth Dantas de Araújo e Nilza Molina.

<sup>18</sup> A respeito desse parecer, Lucena Filho (comunicação pessoal, 22 de maio de 1997) justifica-o dizendo que “a base toda [de professores do Departamento de Estudos Sociais e do Centro de Ciências Humanas, necessários para ministrarem as disciplinas previstas no currículo do curso] era de professores pedagogos, uns poucos começando a pensar em Mestrado; o SEPA era [a instituição] mais técnica que nós tínhamos em Psicologia, mas ainda pouco estruturado... Então, o

Departamento [na figura da comissão citada acima] se pronunciou como sendo uma temeridade criar o curso naquele ano [1976]. Eu me pronunciei contra a criação, como Diretor [sic], porque eu sabia o ônus que ía me dar; nessa época nós tínhamos orçamento-programa, e a Psicologia veio sem estar no planejamento. No primeiro ano do curso de Psicologia eu tive que [destinar] quase setenta por cento do meu orçamento: tive que criar o laboratório, trazer professor visitante - sem que se fizesse uma boa seleção. Eu pedia um ano para preparar laboratórios, trazer técnicos, fazer estudos de currículos etc. O curso saiu a fórceps. A pressão para criação era toda externa ao Estado... e depois veio a pressão dos estudantes dos dois primeiros anos, sobre mim”.

<sup>19</sup> O curso de Psicologia iniciou seus trabalhos em 1977, tendo Abigail de Andrade Souza como primeira coordenadora. A Ata da primeira reunião do Colegiado do Curso de Psicologia, realizada em 18 de maio de 1977, só registra a presença da psicóloga Maria Ruth D. de Araújo, embora o nome da também psicóloga Nilza Molina constasse da lista. De acordo com a Ata, os demais professores presentes à reunião não eram psicólogos.

<sup>20</sup> Dentre os autores que trataram da política educacional do período autocrático-burguês, ver Cunha e Góes (1989), Germano (1993) e Yamamoto (1993).

<sup>21</sup> Não é sem razão que o centro do debate era o neo-pragmatismo norte-americano, na discussão Skinner versus Rogers, ou seja, tecnicismo versus humanismo, ainda que tanto uma quanto outra tendência se caracterizassem por uma essencial despolitização. Enquanto Rogers sequer se questionava a respeito da dimensão social do “homem” proposto por ele, Skinner problematizava o tema, embora oferecendo respostas insatisfatórias a certas perguntas, na medida em que desconsiderava as dimensões do poder econômico e político. Como disse Mannheim (1962, p. 85), ninguém planejou os planejadores. Segue-se, portanto, que estes se recrutaram entre os grupos já existentes. Tudo dependerá, portanto, de qual desses grupos, com suas perspectivas próprias, produzirá a energia, a decisão e a capacidade de domínio da vasta máquina social da vida moderna.